## **REAJUSTE DE SERVIDOR TERÁ** MAIS DOIS DIAS DE BATALHA

Emenda do governo que propõe recomposição de 4,62% será apreciada hoje em comissão. Oposição tentará elevar esse percentual. Votação em plenário deve acontecer amanhã

## BERNARDO ESTILLAC

A novela do reajuste salarial dos servidores mineiros teve ontem mais um longo capítulo. Em dia que começou com Romeu Zema (Novo) recuando em sua proposta inicial e aumentando um ponto percentual para chegara 4,62% de correção nos vencimentos do funcionalismo público, a tramitação do projeto de lei na Assembleia Legislativa de Minas Geraís (ALMG) garantiu, ao menos, mais dois dias de balhase entre situação e oposição na Casa, que se acostumou com corredores lotados e protestos nas últimas quatros semans. Hoje, o projeto será apreciado na Comissão de Fiscalzação Financiera e Orçameniária (FFO) e deverás ser votado em segundo turno amanhã. No início da manhã, o governo de Minas divulgou um video em que Zema aparece ao lado da secretária de Planejamento e Gestao, tuitus Barreto (Novo), anunciando que o Executivo, a pós ouvir as demandas dos servidores da Assembleia, acordou em conceder a recomposição das perdas inflacionárias de 4,62%, relvindicados pelos funcionários públicos e parlamentares de oposição, mas teve impacto na votação que aconteceu horas depós no plenário da Assembleia.

O Projeto de Lei 2309/2024 chegou ao plenário em primeiro turno na utilima quatra-feira. Na ocasião, seis emendas foram destacadas para otação separada, uma delas autorizando o Executivo a conceder um reajuste de 10,65% aos servidores percentual relativo ao Indice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2022 e 2023, período em que não houve recomposição salaria reajuste de 3,62%, por umanimidade. No entanto, logo após a votação deputados da base deixaram o plenário e provocaram a suspensão da reunião por ausencia de quívum mínimo. Com o movimento, a decisão sobre possível aumento no percentual ficou para esta semana.

No inicio da tarde desta terça, no plenário e provocaram a suspensão da reunião por ausencia de quívum mínimo. Com o movimento, a decisão sobre possível aumento no percentual ficou para esta semana.
No inicio da tarde desta terça no plenário e provocaram a suspensão da reunião por ausencia de quívum mínimo. Co

a dar 10,67% a todo o funcionalismo foi rejeitada por 34 a 30, Já a emenda nº 57, que aplicava o per-centual apenas para as forças de segurança, caiu com 33 votos contrários e 32 favoráveis.



**AUMENTO REIVINDICADO PELOS** SERVIDORES E **DEPUTADOS DE OPOSICÃO** 

As rejeições aconteceram diante de galerias lotadas de servidores em protesto no plenário da Assembleia. Com o fim da tramitação em primeiro turno, o PL 2509/2024 ainda precisa passar pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentaria (FFO) antes de ir para votação em segundo turno.

Após a derrubada das seis emendas em destaque no plenário, o projeto pôde ser apre-ciado na FFO marcada para as 16h30. Com outros PLs em pauta, o 2309/2024 só começou a ser discutido cerca de uma hora e meia depois. Na ocasião, a base governista utilizou de um expediente previsto no regimento da Casa para ace-

diente previsto no regimento da Casa para acelerar a tramitação do projeto.

Com a possibilidade de um pedido de vista que adlaria a comissão em 24 horas, o relator do projeto, 26 Culherme (PP), distribuiu seu parecer em avulso, o que impede a manobra e deterniha que a proposta retorne à FDC com intervairem que a proposta retorne à FDC por manobra e deterniha que a proposta retorne à FDC por manobra e deterniha que a proposta e de menda si a comissão marcada para as 10h30 de hoje.

Na FFO, será discutido o relatório de Zé Guilherme, que incluitu em seu texto a nova proposta do Executivo, concedendo 462% de requiste Também será apreciada a emenda protocolada pela oposição que acresce 5,79% à medida de Zema O percentual é relativo às perdas inflaciorarias de 2022. Na prática, os parlamentares voltam

rias de 2022. Na prática, os parlamentares voltam a colocar na mesa a correção de 10,67%.

Além da tentativa de majoração, a oposição Alem da tentativa de majoração, a oposição voltará a propor que o valor do reajuste retroati-vo a janeiro seja pago aos servidores em parcela inica. Este era o teor de uma das emendas der-rotadas em plenário nesta terça. No novo texto também está previsto que o pagamento único aconteça em até 30 días após a sanção do proje-to de lei. Casoas propostas decemendada prosiçõose.

Caso as propostas de emenda da oposição se-jam rejeitadas na FFO, como ocorreu nas três co-missões que antecederam o primeiro turno, os textos podem ser novamente apresentados em plenário e votados em destaque no segundo turno. A votação definitiva do reajuste está prevista

## SITUAÇAO E OPOSIÇAO EM DUELO DE NARRATIVAS

esvaziamento do plenário na última sema-na, a oposição classificou a sessão desta terca como uma derrota de Zema. Mesmo com a rejeição das seis emendas destacadas, o

ça como uma derrota de Zema. Mesmo com a rejeição das seis emendas destacadas, o placar apertado na votação foi visto como uma indicação de possível vitória no segundo turno. Os parlamentares levam em conta que a base declara ter 57 nomes ante 20 contrários a Zema e comparam os números com os votos de hoje.

"Ogoverno Zema sofreu uma derrota no plenário. Ele não tem maioria na Assembleia Legislativa. (...) Acho que esse é um reado importante para o governo: a inabilidade, a tentativa de sempre jogar a população contra o parlamento e contra servido essa coisa de negar a política; e esse autoritarismo de não dialogar rendeu uma resposta. Espero que ele seja inteligente o sufficiente para compreender o que aconteceu aqui", disse Beatriz Cerqueira (PT) em entrevista após a votação.

O líder do governo na Assembleia, João Magalhães (MDB), disse que a reivindicação pela recomposição salarial com as inflações 2022 e 2023 como base é legitima, mas que o Executivo chegou em seu limite orçamentário. "Não foi nem vitória nem derrota, isso é um debate, isso é legitimo, né. (...) Acho que com esse novo indice de 4,62% vai ser bem mais fácil de trabalhar no plenário e na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária", affrmou Magalhães. ■

e na Comissão de Fiscalização Financeira e Orcamentária", afirmou Magalhães.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Política Pagina: 3